



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE
COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO
PÚBLICA EAD

EDUARDO JÚNIOR YUMSZ JORGE

GESTÃO EDUCACIONAL NO INTERIOR: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS
E ALINHAMENTO AOS ODS EM TEIXEIRÓPOLIS – RO

PORTO VELHO

2025

EDUARDO JÚNIOR YUMSZ JORGE

**GESTÃO EDUCACIONAL NO INTERIOR: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS
E ALINHAMENTO AOS ODS EM TEIXEIRÓPOLIS – RO**

Trabalho de Conclusão de Curso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD, na modalidade à distância, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

Orientadora: Prof.^a Pós Dra. Luciana Aparecida Barbieri

PORTO VELHO

2025

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Jorge, Eduardo Júnior Yumsz.

Gestão educacional no interior: desafios, estratégias e alinhamento aos
ODS em Teixeiraópolis – RO / Eduardo Júnior Yumsz Jorge, Porto Velho-RO,
2025.

30 f. : il.

Orientador(a): Prof^a Dra. Luciana Aparecida Barbieri.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão
Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Rondônia - IFRO, Porto Velho-RO, 2025.

1. Gestão escolar. 2. Políticas públicas. 3. Educação municipal. 4. ODS. 5.
Teixeiraópolis. I. Barbieri, Luciana Aparecida (orient.). II. Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Gizele de Melo Viana, CRB-11/914 (Campus Porto Velho Zona Norte)

GESTÃO EDUCACIONAL NO INTERIOR: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E ALINHAMENTO AOS ODS EM TEIXEIRÓPOLIS – RO

Eduardo Júnior Yumsz Jorge ¹
Luciana Aparecida Barbieri ²

Resumo: Este artigo analisa os principais desafios e estratégias da gestão pública educacional em municípios de pequeno porte, com foco no caso de Teixeiraópolis – RO. A pesquisa, de caráter qualitativo, exploratório e explicativo, utiliza levantamento documental e análise de conteúdo para compreender como as políticas públicas educacionais são implementadas no contexto interiorano. O estudo evidencia limitações estruturais, orçamentárias e de formação profissional, além de destacar o papel central dos gestores escolares na promoção da equidade, inclusão e qualidade do ensino. São examinadas as conexões entre as políticas locais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com ênfase nos ODS 4, 10 e 16. A análise revela que, embora haja avanços pontuais e potenciais latentes, a eficácia da gestão educacional depende de ações integradas, planejamento estratégico, valorização docente e participação comunitária. Conclui-se que o fortalecimento da gestão democrática e a adaptação das diretrizes nacionais à realidade local são fundamentais para transformar a educação em instrumento efetivo de desenvolvimento sustentável e justiça social.

Palavras-chave: Gestão escolar; Políticas públicas; Educação municipal; ODS; Teixeiraópolis; Inclusão.

Abstract: This article analyzes the main challenges and strategies of public education management in small municipalities, focusing on the case of Teixeiraópolis, Rondônia. The research, of a qualitative, exploratory and explanatory nature, uses documentary research and content analysis to understand how public education policies are implemented in the rural context. The study highlights structural, budgetary and professional training limitations, in addition to highlighting the central role of school administrators in promoting equity, inclusion and quality of education. The connections between local policies and the Sustainable Development Goals (SDGs) are examined, with an emphasis on SDGs 4, 10 and 16. The analysis reveals that, although there are specific advances and latent potential, the effectiveness of educational management depends on integrated actions, strategic planning, teacher appreciation and community participation. It is concluded that strengthening democratic management and adapting national guidelines to local reality are fundamental to transforming education into an effective instrument of sustainable development and social justice.

Keywords: School management; Public policies; Municipal education; SDG; Teixeiraópolis; Inclusion.

¹ Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia Campus Porto Velho Zona Norte. e-mail: eduardo.junior@estudante.ifro.edu.br

² Professora Orientadora. Graduada em Administração de Empresa (FESL), Mestrado e Doutorado em Administração (UFSM) e Pós Doutora em Administração PUCRIO.

1. INTRODUÇÃO

A educação é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988, sendo essencial para o desenvolvimento humano, social e econômico de um país. É por meio dela que indivíduos adquirem conhecimentos, valores e competências que os capacitam a exercer plenamente sua cidadania e a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. De acordo com Freire (1996), embora a educação, por si só, não transforme o mundo, ela é capaz de modificar as pessoas, e são essas pessoas que promovem as transformações no mundo.

Nesse contexto, as políticas públicas educacionais cumprem um papel estratégico na promoção da equidade, da qualidade e da inclusão social. Elas são instrumentos fundamentais para corrigir desigualdades históricas e regionais tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais, independentemente de sua origem social, étnica ou territorial. Conforme Libâneo (2012), as políticas públicas representam os interesses sociais em constante disputa e exercem um papel essencial na promoção da democratização da educação brasileira.

A Agenda 2030 da ONU, por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforça esse compromisso global com a educação inclusiva e equitativa. O ODS 4 propõe assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Essa meta global enfatiza a necessidade de garantir o acesso universal à educação, reduzir desigualdades educacionais e fortalecer sistemas de ensino que valorizem a diversidade e promovam a equidade social (ONU, 2015). Essa meta é especialmente relevante para o Brasil, um país ainda marcado por disparidades educacionais, e exige que o poder público adote políticas efetivas que assegurem a permanência e o sucesso escolar, principalmente em municípios de pequeno porte como Teixeiraópolis – RO.

No caso específico de Teixeiraópolis, observa-se que, apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, ainda persistem desafios importantes para a consolidação de um sistema educacional eficiente e acessível. A escassez de investimentos, a rotatividade de profissionais da educação, a carência de formação continuada e as limitações estruturais das escolas públicas são alguns dos obstáculos enfrentados no cotidiano escolar. No entanto, também se vislumbram oportunidades de avanço, especialmente com o fortalecimento da gestão escolar e a adoção de políticas públicas alinhadas às diretrizes dos ODS, capazes de impulsionar uma educação mais inclusiva e transformadora no município.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo geral analisar a relevância das políticas públicas educacionais na promoção da qualidade do ensino no município de Teixeiraópolis – RO, contribuindo para o fortalecimento da gestão escolar e alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial ao ODS 4 – Educação de Qualidade.

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

- a) Investigar o panorama histórico das principais legislações que fundamentam as políticas públicas, em consonância com a equidade e inclusão do ODS 4;
- b) Examinar as políticas públicas educacionais em vigor e sua repercussão na gestão das escolas do município de Teixeiraópolis – RO, promovendo uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade (ODS 4);
- c) Refletir sobre iniciativas e políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade da educação no contexto municipal, identificando desafios e oportunidades de avanço sustentável, contribuindo também com os ODS 10 (Redução das Desigualdades) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

2. POLÍTICAS EDUCACIONAIS E GESTÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E CONTEMPORÂNEA PANORAMA DA EDUCAÇÃO DO INTERIOR

A educação brasileira passou por profundas transformações ao longo da história. Do período colonial até os dias atuais, o país tem buscado criar instrumentos normativos que garantam o direito à educação e promovam maior equidade no acesso e permanência dos estudantes nas escolas. A trajetória dessas políticas reflete as tensões e avanços de uma sociedade que busca equilibrar crescimento econômico, justiça social e formação cidadã.

No Brasil colonial, a educação era marcada por iniciativas da Igreja Católica, especialmente dos jesuítas, que tinham como principal objetivo catequizar os indígenas e formar quadros eclesiásticos. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, durante o período pombalino, houve um vazio institucional que deixou a educação em segundo plano. Somente após a Independência do Brasil, em 1822, começaram a surgir esforços para organizar o sistema educacional de forma mais estruturada.

Segundo Cury (2002), a Constituição Federal de 1988 instituiu um novo paradigma ao reconhecer a educação como um direito social e um dever do Estado, o que impõe ao poder público a responsabilidade de criar políticas e mecanismos voltados à universalização do acesso e da permanência escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) é um dos marcos legais mais importantes que divide o sistema educacional em níveis e modalidades que devem nortear a educação brasileira.

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, representa um importante instrumento de planejamento e metas para o setor educacional. O plano vigente estabelece 20 metas para serem cumpridas até 2024, entre elas: a universalização da educação básica, a ampliação do acesso ao ensino superior e a valorização dos profissionais da educação.

Um dos marcos significativos na área da educação pública no Brasil foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que substituiu o antigo Fundef. O Fundeb ampliou a abrangência do financiamento, passando a incluir todas as etapas da educação básica, da educação infantil ao ensino médio. De acordo com informações do Ministério da Educação (MEC, 2020), esse fundo representa uma das principais fontes de recursos para a educação pública no país. Ele é essencial tanto para a manutenção das instituições de ensino quanto para

a valorização salarial dos profissionais da área. Essa relevância se intensifica em municípios com menor arrecadação própria, onde o Fundeb constitui a principal base de investimento educacional.

Além dessas legislações, destacam-se outros dispositivos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que reafirma o direito à educação como prioridade absoluta, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, que define os direitos de aprendizagem de todos os estudantes da educação básica.

Conforme Saviani (2008), a política educacional no Brasil apresenta uma trajetória marcada por avanços e retrocessos, frequentemente afetada pela descontinuidade e pela ausência de um planejamento de longo prazo. Essa instabilidade dificulta a obtenção dos resultados esperados e compromete a efetividade das reformas educacionais. Além disso, a concretização das metas estabelecidas pelo PNE enfrenta entraves como a falta de articulação entre os entes federativos, a limitação de recursos financeiros e a insuficiente capacidade técnica de execução em diversos municípios.

Outro desafio diz respeito à articulação entre os marcos legais e as práticas pedagógicas. A mera existência de leis não garante mudanças efetivas na sala de aula. É necessário que as políticas públicas sejam acompanhadas de formação docente, monitoramento contínuo e participação ativa da comunidade escolar.

Por fim, a pandemia de COVID-19 escancarou fragilidades históricas do sistema educacional brasileiro, sobretudo no que diz respeito à inclusão digital e à equidade no acesso ao ensino remoto. Esse cenário reforça a urgência de políticas mais robustas e eficazes que assegurem o direito à educação para todos, independentemente de sua condição socioeconômica ou localização geográfica.

A educação pública nas cidades do interior apresenta desafios específicos decorrentes de contextos sociais, econômicos e geográficos. Gouveia (2020), o isolamento geográfico representa um obstáculo importante, pois limita o acesso a recursos e serviços de qualidade, contribuindo para o agravamento das desigualdades educacionais. Soma-se a isso a elevada rotatividade de profissionais da educação, que prejudica a continuidade e a efetividade dos projetos pedagógicos desenvolvidos nesses territórios.

Um dos desafios mais relevantes enfrentados pelas cidades do interior diz respeito à incompatibilidade entre o currículo escolar adotado nas áreas urbanas e as realidades locais. Cardoso (2019) ressalta que os materiais didáticos utilizados frequentemente não contemplam as especificidades culturais e sociais das regiões interioranas, o que dificulta a efetiva

contextualização do ensino. Essa desconexão curricular evidencia a urgência de adaptar os conteúdos escolares à vivência dos alunos, de forma a tornar o processo educativo mais significativo e eficaz.

Conforme assinala Ribeiro (2021), muitas escolas enfrentam dificuldades estruturais graves, operando sem o suporte mínimo necessário, como materiais básicos, bibliotecas ou laboratórios adequados. Essa precariedade compromete diretamente o processo de ensino-aprendizagem e limita o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais dinâmicas e interativas.

Estudos realizados por Almeida e Santos (2020) indicam que a ausência de programas regulares de capacitação impede que os docentes atualizem suas práticas e metodologias, dificultando a adoção de abordagens pedagógicas inovadoras e eficazes. Essa lacuna na formação profissional perpetua métodos ultrapassados e contribui para a estagnação do desempenho escolar.

Os efeitos desses desafios se refletem diretamente nos indicadores de desempenho educacional. Segundo dados do INEP (2022), as escolas localizadas em áreas interioranas apresentam resultados abaixo da média nacional em avaliações como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Essa defasagem revela a urgência de políticas públicas específicas, capazes de considerar as singularidades regionais e promover ações mais eficazes para garantir a equidade educacional.

Outro fator preocupante identificado em estudos regionais é o avanço da evasão escolar, especialmente no ensino médio. Moura (2021), essa realidade é agravada pela falta de perspectivas concretas e pelo baixo nível de apoio institucional aos estudantes, o que contribui para o abandono escolar em um momento decisivo da formação educacional e cidadã.

Matos (2020), destaca que a gestão educacional deve ser guiada pelo princípio da equidade, garantindo não apenas o acesso, mas também a permanência e a qualidade da educação oferecida a todos os estudantes, independentemente da localidade ou condição social.

Conforme Silva (2019), a competência desses profissionais se reflete diretamente na qualidade da educação ofertada, exigindo que possuam habilidades em liderança, gestão de pessoas, negociação e administração dos recursos. É por meio dessas competências que se assegura uma condução eficiente das políticas educacionais, com foco em resultados concretos. Barbosa (2020) salienta que gestores que adotam práticas colaborativas e inclusivas tendem a gerar maior engajamento entre professores, alunos e a comunidade escolar, o que contribui para o alcance de melhores resultados educacionais.

Para viabilizar ações consistentes e sustentáveis, o planejamento estratégico surge como uma ferramenta essencial da gestão pública educacional. Ele permite estabelecer metas de longo prazo, formular planos de ação alinhados às realidades locais e otimizar o uso dos recursos. Dentre as ferramentas utilizadas para aprimorar a gestão pública educacional, o orçamento participativo tem se mostrado uma estratégia relevante para promover maior transparência e inclusão social. Silva e Andrade (2021), essa prática fortalece o vínculo entre o governo e a sociedade, criando um espaço de diálogo e corresponsabilidade.

Andrade (2020) ressalta que a participação da população nesse processo contribui para maior eficiência na aplicação dos recursos e para a construção de políticas mais alinhadas às demandas locais. Ribeiro (2021) afirma que a adoção de indicadores objetivos e sistemáticos auxilia na identificação de fragilidades e na definição de estratégias corretivas. Ferreira (2022) complementa que a avaliação não deve se restringir a dados quantitativos, como notas e taxas de aprovação, mas também deve incluir aspectos qualitativos, como o envolvimento da comunidade escolar e a satisfação de professores e alunos. O uso de instrumentos como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um exemplo consolidado no Brasil, mas sua eficácia depende de análises mais profundas que considerem os contextos regionais.

Para Gouveia (2020), políticas bem estruturadas exigem planejamento, continuidade e sensibilidade às desigualdades regionais. Nogueira (2021) destaca que o êxito dessas ações depende da articulação entre diferentes níveis de governo e da capacidade de ouvir as comunidades escolares, promovendo a construção coletiva das soluções.

As iniciativas voltadas à área educacional precisam estar em consonância com os compromissos internacionais firmados pelo Brasil, especialmente no que se refere aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. O ODS 4, por exemplo, propõe assegurar uma educação de qualidade que seja inclusiva e equitativa, além de promover oportunidades de aprendizagem contínua para todas as pessoas. Esse objetivo reforça a urgência de políticas públicas que garantam o acesso à educação, a permanência dos alunos no sistema de ensino e o respeito à diversidade, contribuindo para a construção de uma educação mais justa e compatível com os princípios da sustentabilidade (ONU, 2015). Além disso, o ODS 10, que trata da diminuição das desigualdades, é particularmente relevante no contexto educacional de regiões interioranas, onde os obstáculos são mais acentuados. Por sua vez, o ODS 16, ao abordar a necessidade de sociedades mais justas, pacíficas e inclusivas, evidencia a importância de uma gestão

educacional orientada por princípios de responsabilidade, transparência e fortalecimento das instituições em todas as esferas.

No contexto educacional, o planejamento estratégico abrange desde a alocação de recursos até a definição de políticas para melhorar os índices de desempenho escolar. É crucial que os gestores utilizem dados concretos para embasar suas decisões, garantindo resultados consistentes.

Oliveira (2021), destaca que essa prática auxilia na identificação de prioridades, na otimização dos recursos disponíveis e na promoção de melhorias contínuas. No caso de cidades do interior, esse processo deve necessariamente considerar as particularidades locais, como a limitação no acesso à tecnologia, a precariedade da infraestrutura e os fatores socioculturais que influenciam o processo de ensino-aprendizagem.

Entre os instrumentos que fortalecem a gestão democrática na educação, destaca-se o orçamento participativo, que propicia a inserção da comunidade escolar no processo de decisão financeira. De acordo com Silva e Andrade (2021), essa ferramenta é fundamental para ampliar a transparência da gestão pública e fortalecer o vínculo entre governo e sociedade. Na esfera educacional, sua utilização possibilita a definição de prioridades como reformas na infraestrutura, aquisição de materiais pedagógicos e oferta de formação continuada aos docentes.

Ferreira (2022) reforça que o uso de dados consistentes não apenas orienta a tomada de decisões estratégicas, mas também permite o ajuste de práticas pedagógicas visando ao alcance das metas estabelecidas. Ferramentas como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) representam importantes referências nesse processo, ainda que devam ser complementadas por análises qualitativas, como o nível de satisfação de estudantes e professores, e o engajamento da comunidade escolar.

As políticas públicas educacionais, nesse cenário, estabelecem as diretrizes legais e estruturais que orientam o funcionamento das instituições de ensino. Gouveia (2020) enfatiza que a formulação dessas políticas deve partir de diagnósticos precisos, considerando a diversidade dos territórios e promovendo a equidade no acesso e na qualidade da educação. Nogueira (2021) acrescenta que a eficácia dessas políticas depende da sua implementação articulada com as necessidades reais das comunidades atendidas, especialmente nas regiões interioranas.

Programas como o Fundeb e o Plano Nacional de Educação (PNE) são exemplos de políticas voltadas à equalização das oportunidades educacionais no Brasil. No entanto, sua

aplicação efetiva nas cidades do interior exige atenção especial aos desafios específicos, como o isolamento geográfico, a escassez de profissionais qualificados e as diferenças culturais que interferem na dinâmica escolar.

Segundo Vieira (2010), as políticas públicas educacionais exercem um papel que vai além da simples orientação administrativa das escolas, pois também influenciam e limitam suas possibilidades de inovação e transformação. Isso significa que as diretrizes estabelecidas em nível governamental impactam diretamente a autonomia das instituições de ensino e sua capacidade de promover mudanças significativas no processo educativo.

Analisar os efeitos dessas políticas na estrutura pedagógica e na gestão administrativa das instituições de ensino, especialmente em contextos específicos como o do município de Teixeiraópolis – RO, é fundamental para medir sua efetividade. Esse tipo de avaliação possibilita não apenas a identificação de obstáculos enfrentados no cotidiano escolar, mas também a proposição de soluções mais coerentes com as particularidades sociais e regionais dessas comunidades.

Com a promulgação da LDB (Lei nº 9.394/1996), a gestão democrática passou a ser um princípio orientador da administração escolar, reforçando a necessidade de participação da comunidade e da autonomia das instituições de ensino. A LDB prevê que as escolas elaborem seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), respeitando as diretrizes nacionais, mas adaptando-as à realidade local. Isso exige que os gestores dominem os marcos legais e saibam interpretá-los de forma crítica.

Iniciativas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), entre outros, demonstram de forma clara como as políticas públicas interferem diretamente na dinâmica escolar, impactando desde aspectos estruturais até fatores que influenciam na permanência dos estudantes.

Nesse contexto, a gestão escolar desempenha um papel essencial na concretização dessas políticas no âmbito das escolas. Cabe aos gestores o desafio de transformar as diretrizes estabelecidas em nível macro em práticas efetivas no cotidiano educacional. Conforme destaca Paro (2007), a gestão da escola deve ser compreendida como um processo voltado à realização dos objetivos educacionais, sendo indispensável que essa condução ocorra com base em princípios participativos e democráticos. Essa abordagem enfatiza a importância do trabalho coletivo e da corresponsabilidade entre todos os envolvidos no processo educativo — gestores, docentes, estudantes e comunidade — para promover o sucesso escolar.

Lück (2009), a liderança exercida pelo gestor escolar desempenha um papel fundamental na consolidação de uma escola comprometida com a aprendizagem, uma vez que ele atua como articulador central do projeto educativo, promovendo a integração entre os diversos atores do ambiente escolar.

No município de Teixeiraópolis – RO, assim como em outras localidades de pequeno porte, a gestão escolar enfrenta desafios particulares relacionados à limitação de recursos, à rotatividade de profissionais e à necessidade de adequação das políticas nacionais à realidade local. A infraestrutura escolar, embora tenha avançado nos últimos anos, ainda requer melhorias, especialmente em relação à conectividade digital e à acessibilidade.

Informações da Secretaria Municipal de Educação revelam que aproximadamente 80% das escolas da rede municipal enfrentam déficit de profissionais voltados ao apoio pedagógico, o que dificulta o atendimento individualizado dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Soma-se a isso a ausência de políticas locais contínuas de formação para professores e gestores, o que limita o aprimoramento profissional desses atores fundamentais no processo educacional.

Apesar dos desafios, o município de Teixeiraópolis tem encontrado respaldo em programas como o Plano de Ações Articuladas (PAR), que oferece suporte na realização de diagnósticos educacionais e na formulação de metas com foco na melhoria da qualidade do ensino. A adesão a políticas como o Programa Escola em Tempo Integral representa uma importante estratégia para enfrentar a vulnerabilidade social dos estudantes, ampliando o tempo de permanência na escola e suas oportunidades de aprendizagem.

Também é possível observar avanços em práticas relacionadas à gestão participativa e ao uso transparente dos recursos provenientes do PDDE. A implementação de conselhos escolares atuantes e o fortalecimento dos laços entre escola e comunidade têm contribuído para consolidar uma cultura de gestão democrática no contexto educacional local.

No entanto, ainda há muito a ser feito. A elaboração de um plano municipal de educação robusto, alinhado ao Plano Nacional de Educação e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (especialmente o ODS 4), é uma oportunidade concreta para transformar os desafios enfrentados em metas e estratégias de desenvolvimento educacional sustentável. Nesse cenário, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, em especial o ODS 4, oferecem um referencial ético e político para orientar políticas públicas que promovam a equidade, a justiça e a eficácia das instituições educacionais.

Para que esse alvo se torne realidade, é fundamental reconhecer o papel central do professor no processo educacional. Conforme destaca a UNESCO (2020), a valorização e formação dos docentes constitui um dos pilares essenciais para o alcance do ODS 4, uma vez que sem professores bem-preparados, capacitados e motivados, nenhuma meta educacional poderá ser efetivamente cumprida.

Além do ODS 4, os objetivos 10 (Redução das Desigualdades) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) se relacionam diretamente com a gestão educacional. A desigualdade educacional brasileira é historicamente marcada por disparidades regionais, raciais, sociais e econômicas. Políticas públicas bem planejadas e fundamentadas nos princípios da justiça social são essenciais para garantir que todos, especialmente os mais vulneráveis, tenham acesso a uma educação que transforme sua realidade.

Beisiegel (2008), as desigualdades educacionais no Brasil são um reflexo direto das desigualdades estruturais presentes na sociedade, e seu enfrentamento exige a formulação de políticas públicas redistributivas e integradas, baseadas no fortalecimento de um Estado democrático e comprometido com a equidade social. Essa perspectiva reforça a necessidade de atuação estatal planejada, articulada e sensível às realidades locais.

Nesse contexto, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 reforça a importância da construção de instituições eficazes, transparentes, responsáveis e inclusivas, fundamentais para a promoção da justiça e da paz social. A aplicação desse princípio à educação implica em uma gestão pública eficiente, participação social, transparência na alocação de recursos e foco constante na aprendizagem e permanência dos estudantes, especialmente em contextos vulneráveis como os das cidades do interior.

A elevada rotatividade docente compromete a continuidade dos projetos pedagógicos, a estabilidade das relações escolares e o vínculo entre professor e aluno. Em municípios de pequeno porte, como Teixeiraópolis – RO, essa realidade é ainda mais acentuada, devido à ausência de concursos públicos regulares, baixos salários, falta de perspectiva de crescimento profissional e carência de políticas de fixação de professores na rede municipal.

Conforme aponta Gatti (2011), a permanência dos docentes nas instituições de ensino está fortemente relacionada à valorização da carreira, à existência de condições dignas de trabalho e à oferta contínua de formação profissional. Nesse cenário, é fundamental que as administrações municipais implementem políticas específicas para a valorização docente, que incluam planos de carreira estruturados, com possibilidades de progressão por mérito, estímulo à qualificação e criação de ambientes escolares acolhedores e motivadores. Tais medidas são

essenciais para fortalecer o vínculo dos educadores com a escola pública e para garantir um ensino de qualidade.

O plano de ação na gestão educacional é um instrumento estratégico fundamental para organizar e conduzir as atividades pedagógicas e administrativas com base em metas bem definidas, prazos estabelecidos e bem monitorados com recursos adequadamente distribuídos e acompanhados.

Para enfrentar os desafios citados e promover uma educação verdadeiramente transformadora em Teixeiraópolis, é recomendável que sejam implementadas as seguintes ações estratégicas:

Quadro 1: Propostas para Valorização dos Profissionais da Educação no Âmbito Municipal

Eixo de Ação	Proposta
Valorização Profissional	Criação de um plano municipal de valorização dos profissionais da educação, com previsão orçamentária específica.
Formação Continuada	Instituição de programas locais de formação continuada, em parceria com universidades e institutos federais.
Atração de Professores para Áreas de Difícil Acesso	Oferta de bolsas de estudo e incentivos para professores residentes atuarem nas áreas de difícil acesso.
Carreira Docente	Elaboração de um Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) que estimule a permanência e a progressão funcional dos docentes.
Avaliação Docente	Implantação de comissões de avaliação de desempenho docente com foco formativo, e não apenas punitivo.
Gestão Democrática	Fortalecimento dos conselhos escolares e dos espaços de participação comunitária na gestão educacional.

Fonte: Elaboração própria do autor.

Integrar os princípios dos ODS à gestão educacional local não significa importar modelos prontos, mas sim adaptar diretrizes globais à realidade municipal. Essa integração exige monitoramento de indicadores, articulação intersetorial (educação, assistência, saúde), e envolvimento efetivo da comunidade escolar nos processos decisórios. Assim, conforme

destaca Morosini (2017), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) fornecem uma linguagem comum que permite alinhar as metas educacionais locais aos desafios globais. Essa perspectiva amplia a capacidade dos sistemas educacionais de responder de forma integrada às necessidades sociais, culturais e econômicas da contemporaneidade.

De acordo com Oliveira (2021), esse tipo de planejamento contribui diretamente para a eficiência da gestão, a melhoria dos indicadores de qualidade do ensino e o cumprimento dos objetivos institucionais. Além disso, favorece uma atuação integrada entre os diversos setores da escola e da secretaria de educação, fortalecendo a coerência das ações educacionais.

2.1 DESAFIOS ESPECÍFICOS DA GESTÃO PÚBLICA NA EDUCAÇÃO DE CIDADES DO INTERIOR

As cidades do interior frequentemente enfrentam restrições orçamentárias que dificultam a implementação de políticas educacionais eficazes. Segundo Moura (2021), a escassez de recursos financeiros representa um dos principais entraves para o avanço da educação, pois limita os investimentos em infraestrutura escolar e compromete a oferta de programas de capacitação contínua para os docentes, impactando negativamente a qualidade do ensino, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social.

As restrições orçamentárias representam um dos principais obstáculos para a gestão educacional no interior. Conforme Lopes (2020), os recursos destinados à educação frequentemente se mostram insuficientes para atender às necessidades básicas das escolas, o que dificulta investimentos em infraestrutura adequada.

Estudos apontam que a ausência de condições adequadas nas escolas — como infraestrutura precária, escassez de materiais didáticos e ambientes pouco acolhedores — prejudica significativamente o processo de aprendizagem e contribui para o aumento dos índices de evasão escolar, especialmente em contextos de vulnerabilidade social (Cardoso, 2019).

A precariedade da infraestrutura é outro desafio significativo. Muitas escolas enfrentam problemas como falta de acesso a saneamento básico, laboratórios equipados e espaços adequados para aprendizagem. Souza (2021), essa realidade afeta negativamente a motivação dos professores, comprometendo a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, especialmente em contextos marcados por precariedade estrutural e ausência de suporte pedagógico contínuo.

Rocha (2020), é essencial que as políticas educacionais considerem as especificidades locais, de modo a promover a inclusão e valorizar a diversidade presente nas diferentes realidades educacionais do país. Essa perspectiva reforça a importância de uma educação contextualizada, sensível às diferenças culturais, sociais e regionais.

O acesso a materiais didáticos, tecnologias e programas de formação é muitas vezes limitado. De acordo com Martins (2022), a falta de recursos adequados nas instituições de ensino, especialmente em contextos rurais, favorece a manutenção das desigualdades educacionais em relação às áreas urbanas, dificultando o acesso equitativo a uma educação de qualidade.

A adoção de tecnologias inovadoras e metodologias pedagógicas diferenciadas tem sido um diferencial em diversas cidades. Ferramentas como plataformas digitais de aprendizagem ajudam a superar limitações geográficas e promover uma educação de qualidade. Segundo Cruz (2021), o uso de plataformas digitais voltadas à gestão de dados e ao monitoramento de desempenho tem provocado transformações significativas na forma como as escolas são administradas, promovendo maior eficiência, transparência e capacidade de tomada de decisão baseada em evidências.

Parcerias entre o setor público, privado e organizações não governamentais são fundamentais para a melhoria da educação. Estudos indicam que a colaboração intersetorial tem papel fundamental no fortalecimento dos sistemas educacionais, ao ampliar as oportunidades de aprendizagem e promover soluções mais integradas às necessidades dos estudantes (Barbosa, 2020). Essas parcerias contribuem para a ampliação dos recursos disponíveis e favorecem a troca de experiências bem-sucedidas, possibilitando a construção de políticas mais eficazes e adaptadas à realidade local (Silva, 2021).

2.2 PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Silva (2019), a gestão participativa na escola pressupõe o envolvimento ativo de pais, professores e estudantes no processo de tomada de decisões, o que contribui significativamente para fortalecer os vínculos entre a escola e a comunidade, promovendo maior corresponsabilidade e engajamento com os resultados educacionais. O engajamento da comunidade escolar é um fator determinante para a construção de um ambiente educacional acolhedor, colaborativo e produtivo, favorecendo o desenvolvimento integral dos estudantes e fortalecendo os vínculos entre escola, famílias e sociedade Lima (2022).

Estratégias como reuniões periódicas, conselhos escolares e projetos comunitários são eficazes para promover o engajamento. Além disso, é importante utilizar ferramentas de comunicação, como redes sociais, para alcançar um público mais amplo.

Entre as estratégias eficazes estão as reuniões escolares, conselhos consultivos e projetos colaborativos. Segundo Carvalho (2021), o envolvimento ativo dos pais e dos líderes comunitários exerce um papel decisivo no sucesso das ações e políticas educacionais, uma vez que fortalece a parceria entre escola e comunidade, promovendo maior comprometimento coletivo com a aprendizagem dos estudantes.

Programas como o Escola Aberta demonstram que a utilização dos espaços escolares para atividades comunitárias pode fortalecer significativamente os laços entre a escola e a sociedade, contribuindo para uma gestão mais inclusiva, participativa e eficaz. Segundo

2.3 TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE APOIO À GESTÃO EDUCACIONAL

A tecnologia tem sido uma aliada importante na gestão educacional, permitindo maior eficiência nos processos administrativos e pedagógicos. Ferramentas como sistemas de gestão escolar, plataformas digitais e aplicativos de comunicação simplificam tarefas diárias, otimizam recursos e melhoram a tomada de decisões. Conforme Oliveira (2023), a digitalização da administração pública constitui uma etapa fundamental para assegurar maior transparência e eficiência na alocação dos recursos públicos, especialmente no contexto da gestão educacional.

As plataformas educacionais têm desempenhado um papel crucial, especialmente em regiões remotas, ao ampliar o acesso a conteúdo didáticos. Iniciativas como o Google Classroom e o Microsoft Teams oferecem alternativas viáveis para a continuidade do ensino em situações de adversidade. Segundo Santos (2023), a utilização de tecnologias educacionais tem se mostrado uma estratégia eficaz para superar barreiras geográficas e promover o acesso à aprendizagem em regiões com infraestrutura física limitada. Esses recursos digitais ampliam as possibilidades de ensino, permitindo que estudantes em contextos remotos também tenham acesso a conteúdo de qualidade e oportunidades de desenvolvimento.

Embora a tecnologia traga avanços, o acesso desigual ainda é um desafio. Investimentos em conectividade e formação digital para professores são necessários.

Apesar das vantagens, o uso da tecnologia na gestão educacional enfrenta desafios como a exclusão digital, falta de capacitação técnica e limitações financeiras. De acordo com Ferreira (2022), a implementação efetiva de soluções tecnológicas no contexto educacional demanda

investimentos consistentes em infraestrutura, capacitação dos profissionais da educação e manutenção contínua dos sistemas.

Com as rápidas mudanças sociais e tecnológicas, os gestores públicos devem estar preparados para adaptar políticas educacionais às novas demandas. Isso inclui o uso de inteligência artificial, ferramentas de análise de dados e abordagens pedagógicas inovadoras. Isso reforça a necessidade de programas regulares de treinamento que abordem temas como gestão de recursos, inovação educacional e liderança colaborativa.

A capacitação contínua dos gestores educacionais é vital para enfrentar os desafios do setor, onde os líderes escolares possuam as habilidades necessárias para administrar escolas de forma eficiente e inclusiva.

A educação é um direito humano fundamental e uma condição essencial para o desenvolvimento individual e coletivo. Sua importância vai além da transmissão de conhecimento técnico ou científico: ela é um instrumento de emancipação, cidadania e transformação social.

Conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Assim, o acesso à educação de qualidade deve ser garantido de forma equilibrada, assegurando que todos, independentemente de origem social, raça ou território, possam usufruir desse direito básico.

Os programas como o PROUNI, FIES, SISU, REUNI, PNAES e a ampliação dos Institutos Federais demonstram um esforço em democratizar o ensino, combater desigualdades históricas e garantir oportunidades educacionais mais justas. Tais ações vão ao encontro dos princípios de justiça social e de construção de uma sociedade mais igualitária.

Essas políticas públicas estão em sintonia com os compromissos assumidos pelo Brasil na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Em especial, o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) demanda o fortalecimento dos sistemas públicos de ensino, investimentos contínuos na formação de professores e a ampliação do acesso e da permanência no ensino superior, entre outras iniciativas voltadas à promoção de uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa.

O Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2004, concede bolsas integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda. Segundo o Ministério da Educação (MEC, 2022). A iniciativa reforça o compromisso do Estado

com a redução das desigualdades e com a garantia do direito à educação para todos, especialmente aqueles em contextos de maior fragilidade socioeconômica.

Outro exemplo de política eficaz é o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que permite o financiamento de cursos superiores privados. Conforme destaca Souza (2015, p. 112), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) exerce um papel essencial na ampliação do acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda, permitindo a formação de profissionais em múltiplas áreas.

O Sistema de Seleção Unificada (SISU) promoveu a centralização das seleções para o ingresso nas universidades públicas, utilizando como critério a pontuação obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Almeida (2018), destaca que esse sistema contribuiu significativamente para a democratização do acesso ao ensino superior, ao tornar o processo mais transparente e ao possibilitar que estudantes de diferentes regiões do país disputem vagas em condições mais equitativas, ampliando as oportunidades educacionais no âmbito das instituições públicas.

Além do acesso, as políticas de permanência estudantil, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), têm sido essenciais para reduzir a evasão e garantir que os estudantes consigam concluir seus cursos. Segundo Ferreira (2020, p. 78), a permanência estudantil no ensino superior depende da oferta de condições materiais e emocionais adequadas, sendo as ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) fundamentais para assegurar esse suporte, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A internacionalização do ensino, impulsionada por iniciativas como o programa Ciência sem Fronteiras, demonstra o esforço em alinhar a educação brasileira aos padrões educacionais globais, promovendo qualidade e inovação. No entanto, apesar dos progressos, persistem desafios expressivos. É imprescindível assegurar a continuidade dessas ações, aprimorá-las constantemente, evitar retrocessos e ampliar os investimentos na educação pública.

Dessa forma, os programas educacionais desenvolvidos pelo governo devem ser entendidos como parte de um compromisso mais abrangente com os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e a promoção de uma sociedade mais equitativa. Alinhar essas iniciativas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente ao ODS 4, é essencial para que a educação possa exercer plenamente sua função transformadora.

3. METODOLOGIA

Este estudo possui caráter qualitativo, pois busca compreender, de forma aprofundada, a realidade vivenciada pelos profissionais da educação no serviço público municipal de Teixeiraópolis – RO. Segundo Minayo (2012), a pesquisa objetiva o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças e dos valores, buscando compreender fenômenos sociais em seu contexto natural. A pesquisa não tem por objetivo quantificar dados, mas sim interpretá-los e contextualizá-los à luz do referencial teórico.

Quanto à sua classificação, esta investigação é do tipo exploratória e explicativa. Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como objetivo principal proporcionar maior familiaridade com o problema de pesquisa, tornando-o mais claro e delimitado, além de possibilitar a formulação de hipóteses e o desenvolvimento de novas perspectivas investigativas. Essa abordagem é especialmente útil em estudos iniciais, quando o tema ainda é pouco conhecido ou carece de aprofundamento teórico. Já a pesquisa explicativa busca identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos, aprofundando o conhecimento sobre as relações entre causas e efeitos.

A delimitação da pesquisa concentra-se no estudo da prática da gestão educacional no âmbito do serviço público municipal, com foco no município de Teixeiraópolis – RO. A escolha desse recorte deve-se à observação da realidade local, marcada por desafios relacionados à implementação de políticas públicas, à valorização profissional e à estrutura organizacional da rede de ensino municipal. O estudo busca, portanto, analisar como essas questões se manifestam no cotidiano escolar, a partir das percepções e experiências de gestores e professores.

Para atingir os objetivos propostos, a coleta de dados utilizou fontes documentais e bibliográficas, tais como: legislações educacionais (Constituição Federal, LDB, Fundeb, PNE), normas institucionais do município, relatórios técnicos da Secretaria Municipal de Educação de Teixeiraópolis – RO, artigos científicos e publicações acadêmicas acessadas por meio de bases como Scielo, Google Acadêmico e Periódicos CAPES. A escolha dessas fontes visa garantir o embasamento teórico e normativo da pesquisa, conectando a análise local com o panorama nacional da educação.

A principal técnica de coleta de dados foi o levantamento documental, que conforme Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa documental caracteriza-se pela análise de documentos que ainda não passaram por um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Para a análise dos dados, adotou-se a técnica de Análise de Conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2011). De acordo com a autora, trata-se de um conjunto de técnicas que visa a descrição objetiva e sistemática do conteúdo das mensagens, permitindo inferências sobre o conhecimento e as práticas sociais a partir de documentos, discursos ou relatos.

A análise foi estruturada em três fases principais:

Pré-Análise: Nesta etapa inicial, foi realizada a seleção do material documental e bibliográfico relevante para os objetivos do estudo. Foram feitas leituras flutuantes de legislações, artigos científicos, relatórios institucionais e registros de experiências locais, buscando identificar temas recorrentes e estabelecer categorias preliminares de análise.

Exploração do Material: Esta fase envolveu a leitura sistemática, codificação e categorização dos dados. As informações foram organizadas em unidades temáticas que expressassem os principais desafios e perspectivas da gestão educacional municipal. Foram destacados aspectos como estrutura escolar, formação docente, práticas de gestão e aplicação das políticas públicas.

Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação: Na etapa final, os dados foram organizados e interpretados à luz do referencial teórico adotado. Realizaram-se inferências com base nas categorias analisadas, permitindo discutir os resultados de forma crítica e fundamentada, e evidenciar os caminhos possíveis para o aprimoramento da gestão educacional local.

Assim, a combinação das técnicas de levantamento documental, entrevistas e análise de conteúdo possibilitou uma compreensão abrangente do objeto de estudo, favorecendo a construção de um diagnóstico fundamentado e a proposição de estratégias para a melhoria da educação pública no município de Teixeiraópolis – RO.

4. REFLEXÕES SOBRE AS INICIATIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO MUNICIPAL E OS DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE AVANÇO SUSTENTÁVEL NA CONTRIBUIÇÃO COM OS ODS 04, 10 E 16.

O município de Teixeiraópolis, localizado no estado de Rondônia, apresenta uma realidade educacional que reflete os desafios típicos de cidades do interior, como infraestrutura limitada, alta rotatividade de profissionais da educação e dificuldades de acesso a tecnologias educacionais. Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação de Teixeiraópolis (2023), as escolas municipais enfrentam limitações orçamentárias que impactam diretamente na qualidade do ensino ofertado e na capacidade de atender com equidade às demandas de aprendizagem dos estudantes.

Apesar disso, existem potencialidades importantes. A proximidade entre a gestão escolar e a comunidade, por exemplo, facilita ações integradas que fortalecem o vínculo entre família e escola. Além disso, programas de formação continuada têm sido promovidos com o intuito de melhorar a qualificação dos docentes locais, fator essencial para transformar a realidade educacional do município.

Oliveira (2021), muitos dos esforços empreendidos nas políticas educacionais ainda carecem de continuidade e de uma avaliação sistemática, o que compromete a geração de resultados consistentes e sustentáveis a longo prazo. A ausência de monitoramento e revisão periódica dificulta o aprimoramento das ações e limita seu impacto nas realidades educacionais locais. A governança educacional precisa estar articulada com indicadores de desempenho, dados de evasão escolar, taxa de alfabetização e metas de inclusão, a fim de orientar decisões estratégicas mais assertivas.

A qualidade da educação vai além de resultados em avaliações externas, como o IDEB. Envolve, principalmente, a equidade no acesso e permanência dos estudantes na escola, respeitando as diferentes condições sociais, culturais e econômicas dos alunos.

Nesse sentido, observa-se que Teixeiraópolis enfrenta desafios significativos relacionados à inclusão de alunos com deficiência, à formação de professores para lidar com a diversidade e à garantia de um currículo que respeite a pluralidade local. Avançar nesse campo exige políticas de apoio pedagógico, capacitação docente e infraestrutura adequada para atender às necessidades específicas dos estudantes.

A integração entre as políticas públicas em nível municipal e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é fundamental para que a educação exerça plenamente sua função transformadora na sociedade. O ODS 4 destaca a necessidade de assegurar uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva, oferecendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Em paralelo, o ODS 10 trata da redução das desigualdades sociais e regionais, enquanto o ODS 16 propõe o fortalecimento de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas, reforçando a importância de uma gestão educacional comprometida com a equidade e a justiça social.

No município de Teixeiraópolis, ainda que de forma inicial, existem iniciativas que podem ser ampliadas para fortalecer o alinhamento com esses objetivos globais. A valorização dos conselhos escolares e o estímulo à participação da comunidade nas decisões educacionais são práticas que dialogam diretamente com as metas do ODS 16. Da mesma forma, ações como o reforço escolar e o suporte psicopedagógico contribuem para promover inclusão (ODS 10) e garantir o direito à aprendizagem (ODS 4), consolidando avanços importantes em direção a um sistema educacional mais justo e eficaz.

Para que essas ações se tornem efetivas, é necessário o fortalecimento da gestão escolar com base em princípios democráticos e participativos. Como aponta Paro (2007), a gestão democrática não apenas legitima as decisões escolares, como também aumenta o compromisso coletivo com os resultados educacionais.

Apesar de avanços pontuais, a concretização dos ODS no contexto municipal de Teixeiraópolis esbarra em desafios estruturais persistentes. A insuficiência de recursos financeiros e humanos, a ausência de um sistema robusto de avaliação de políticas públicas e a fragilidade na formação dos gestores educacionais dificultam a implementação de ações planejadas e sustentáveis.

Souza (2023), a colaboração intersetorial é um elemento fundamental para otimizar o uso dos recursos públicos, ampliar o alcance das políticas públicas e promover a equidade social, especialmente em contextos de vulnerabilidade. A articulação entre diferentes setores — como educação, saúde, assistência social e cultura — potencializa os resultados das ações governamentais e contribui para a construção de respostas mais integradas às demandas da população.

Para alinhar efetivamente a política educacional municipal com os ODS 4, 10 e 16, é imprescindível a adoção de estratégias articuladas e monitoráveis. A elaboração participativa

de um Plano Municipal de Educação, com metas claras e indicadores de desempenho, é um passo fundamental.

Segundo Morosini (2017), uma governança educacional alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) deve ser caracterizada pela inclusão, transparência e orientação por evidências. Isso significa adotar práticas que considerem a participação de diferentes atores sociais, garantam o acesso à informação e utilizem dados concretos para fundamentar a formulação, execução e avaliação das políticas educacionais

A educação em Teixeiraópolis – RO, apesar dos desafios inerentes ao contexto das pequenas cidades do interior, revela também oportunidades concretas de mudança. A implementação de políticas públicas mais eficazes, a promoção de uma gestão educacional democrática e a articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representam caminhos promissores para o avanço da educação no município.

Refletir sobre os princípios de qualidade, equidade e inclusão na educação básica local vai além de uma exigência técnica; trata-se de um compromisso ético com as futuras gerações. Ao reconhecer as limitações existentes e, ao mesmo tempo, valorizar as potencialidades do território, é possível construir um sistema educacional mais justo, eficiente e sintonizado com os valores do desenvolvimento sustentável que orientam a agenda educacional atual.

Para que isso se concretize, é necessário desenvolver ações efetivas que contemplem a valorização dos profissionais da educação, a atualização curricular com base nas realidades socioculturais da comunidade e o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas. A escola deve ser reconhecida como um espaço de acolhimento, pertencimento e transformação. Garantir que nenhuma criança ou jovem seja excluído do processo educativo exige, além de recursos, vontade política, planejamento estratégico e o engajamento ativo da sociedade civil — elementos fundamentais para consolidar uma educação pública verdadeiramente emancipadora.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão pública educacional em cidades do interior enfrenta desafios significativos, desde limitações financeiras e infraestrutura precária até questões relacionadas à diversidade sociocultural. Além disso, a liderança efetiva e a participação comunitária emergem como elementos cruciais para o sucesso de qualquer iniciativa educacional.

Outro ponto fundamental é o papel da tecnologia como aliada na superação de barreiras geográficas e na ampliação do acesso à educação de qualidade. No entanto, é necessário garantir que todos os estudantes e professores tenham acesso igualitário a esses recursos, promovendo a inclusão digital em todas as regiões.

As perspectivas futuras para a gestão pública na educação de cidades do interior incluem a adaptação às mudanças tecnológicas e sociais, o fortalecimento da formação de gestores e a integração de políticas intersetoriais. Esses elementos são indispensáveis para transformar a realidade educacional e garantir que todos os alunos, independentemente de sua localização, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Entretanto, a análise evidenciou que a simples existência de legislações e programas não garante, por si só, a transformação do cenário educacional. A implementação efetiva dessas políticas depende de uma gestão escolar comprometida, capacitada e participativa, capaz de adaptar as diretrizes nacionais às especificidades locais. Nesse ponto, a figura do gestor educacional se revela central, atuando como elo entre a política pública e a prática pedagógica.

No caso de Teixeiraópolis – RO, identificam-se importantes iniciativas e adesões a programas nacionais, mas também limitações estruturais, financeiras e humanas que comprometem a continuidade e a eficácia dessas ações. A rotatividade de docentes, a ausência de planos de carreira e a carência de formação continuada são obstáculos que precisam ser enfrentados com planejamento estratégico e investimento público.

Neste contexto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 4 – Educação de Qualidade, representam uma oportunidade de realinhamento das políticas locais a metas globais, favorecendo o desenvolvimento sustentável da educação com base na inclusão, na equidade e na qualidade. Além disso, os ODS 10 e 16 reforçam a urgência de reduzir desigualdades e fortalecer instituições públicas eficazes, o que inclui a gestão escolar como estrutura essencial para o êxito educacional.

Assim, conclui-se que o fortalecimento da gestão escolar, aliado a políticas públicas consistentes de valorização profissional, formação contínua e infraestrutura adequada, é o

caminho mais promissor para transformar os desafios da educação em oportunidades concretas de aprendizagem e cidadania.

Como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se explorar os impactos de programas de formação de gestores em regiões específicas, bem como investigar modelos de gestão inovadores que possam ser replicados em diferentes contextos.

Por fim, destaca-se que a educação não é apenas uma responsabilidade administrativa, mas também um compromisso ético e social. Investir na gestão pública educacional é investir no futuro de uma sociedade mais justa, igualitária e preparada para enfrentar os desafios do século XXI.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernanda S. Políticas de acesso ao ensino superior no Brasil: avanços e desafios. Brasília: Plano Editorial, 2018.
- ALMEIDA, J.; SANTOS, R. Formação continuada e seus impactos na prática docente. Revista Brasileira de Educação, [s.l.], 2020.
- ANDRADE, T. M. de. Participação social e orçamento educacional. Belo Horizonte: Edupar, 2020.
- BARBOSA, L. Liderança educacional e seus desafios no século XXI. Editora Educação, 2020.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Educação e democracia: políticas e reformas educacionais no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 jun. 2025.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 03 jun. 2025.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 03 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/fundeb>. Acesso em: 03 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Relatório de gestão 2022. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/>. Acesso em: 03 jun. 2025.
- CARDOSO, E. Educação no interior: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora Nova Era, 2019.
- CARVALHO, R. Educação e tecnologia no século XXI. Editora Nova Era, 2023.
- CARVALHO, Márcia T. Gestão participativa na educação: o papel da comunidade no ambiente escolar. São Paulo: Cortez, 2021.

- CHIAVENATO, I. Administração: teoria, processo e prática. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e direito à educação: fundamentos e textualidade da Constituição de 1988. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 28.
- CRUZ, Felipe A. Tecnologia e inovação na gestão escolar: caminhos para a modernização da educação básica. São Paulo: Editora Moderna, 2021.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas públicas e gestão da educação. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Ana Ivenicki (org.). Políticas educacionais e o trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 75-93.
- FERREIRA, Lucas M. Assistência estudantil e equidade no ensino superior: o papel do PNAES. Porto Alegre: Edipucrs, 2020.
- FERREIRA, L. Desafios da inclusão digital em escolas públicas. Revista Brasileira de Tecnologia Educacional, 2022.
- FERREIRA, M. L. Gestão e avaliação educacional: práticas e indicadores. Porto Alegre: Penso, 2022.
- FERREIRA, Marcos L. Tecnologia e gestão educacional: desafios e possibilidades para a inovação nas escolas públicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- FONSECA, T. S. O papel da tecnologia na gestão educacional: desafios e oportunidades. 2018.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GATTI, Bernadete A. Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2011. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 03 jun. 2025.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOUVEIA, A. Educação em regiões isoladas: uma análise crítica. São Paulo: Editora Saber, 2020.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Indicadores de desempenho educacional no Brasil. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/>. Acesso em: 03 jun. 2025.
- INEP. Indicadores de desempenho educacional no Brasil. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 29 maio 2025.
- INEP. Indicadores de desempenho educacional no Brasil. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/>. Acesso em: 03 jun. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 157.

LIBÂNEO, José Carlos. Democracia e educação: traços de uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, A. B. A importância da liderança na gestão escolar. 2018.

LIMA, A. B. Gestão pública na educação: estratégias para o desenvolvimento local. Editora X, 2018.

LIMA, Roberto S. Comunidade e escola: parcerias para uma educação transformadora. Curitiba: Editora InterSaberes, 2022.

LOPES, Ana Beatriz. Financiamento da educação básica: entraves e possibilidades. São Paulo: Editora Autêntica, 2020.

LOPES, Maria Helena. Fundamentos das políticas educacionais no Brasil. São Paulo: Cortez, 2019.

LOPES, T. Formação de gestores educacionais: uma perspectiva contemporânea. Editora Saber, 2022.

LÜCK, Heloísa. Gestão educacional: uma questão paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARTINS, Cláudia R. Educação no campo: desafios e perspectivas para a equidade. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2022.

MATOS, D. R. de. Gestão pública educacional: fundamentos e práticas. Curitiba: InterSaberes, 2020.

MATOS, P. Gestão pública: conceitos e aplicações. Editora Administrativa, 2020.

MENDES, Júlia C. Educação e participação: experiências de abertura da escola à comunidade. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2020.

MENEZES, C. D. Desafios e perspectivas da educação nas cidades do interior. 2020.

MENEZES, C. D. Inovações na educação: tecnologias e estratégias para cidades do interior. Editora Y, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MOROSINI, Marília. Internacionalização da educação superior: uma abordagem crítica. Campinas: Papirus, 2017.

- MOURA, Carla A. Desigualdades educacionais e financiamento público: desafios para a qualidade da educação básica. Recife: Editora Universitária UFPE, 2021.
- MOURA, C. A. Juventude e evasão escolar no Brasil rural. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 42, 2021.
- MOURA, F. Evasão escolar e desigualdade social. *Revista de Políticas Públicas*, 2021.
- NOGUEIRA, P. R. Políticas públicas e qualidade na educação básica. Salvador: EDUFBA, 2021.
- OLIVEIRA, A. M.; SANTOS, J. R. Participação comunitária na gestão da educação: fortalecendo vínculos entre escola e comunidade. 2019.
- OLIVEIRA, Camila F. de. Transformação digital na gestão pública: inovação, eficiência e transparência. Brasília: ENAP, 2023.
- OLIVEIRA, F. G. Desigualdades educacionais nas cidades do interior: desafios e perspectivas. Editora Z, 2021.
- OLIVEIRA, F. G.; SANTOS, M. A. Transparência na gestão educacional: práticas e desafios. *Revista Brasileira de Administração Pública*, v. 53, n. 2, p. 301-320, 2019.
- OLIVEIRA, José. A. de. Planejamento estratégico na gestão educacional. São Paulo: Cortez, 2021.
- OLIVEIRA, M. Administração pública digital: impactos e tendências. *Revista Gestão Pública*, 2023.
- OLIVEIRA, R. P. Indicadores de desempenho educacional: uma análise nas cidades do interior. 2021.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Plano Nacional de Educação: texto e contexto. São Paulo: Cortez, 2015.
- ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Nações Unidas, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 03 jun. 2025.
- PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2007.
- PEREIRA, André L. Internacionalização da educação superior: políticas, práticas e impactos no Brasil. Brasília: Líber Livro, 2016.
- RIBEIRO, C. Recursos educacionais em áreas rurais. Editora Educação Inclusiva, 2021.
- ROCHA, E. S. Políticas públicas educacionais: uma abordagem integrada. 2019.

- ROCHA, Ana Lúcia. Educação e diversidade: políticas para a inclusão no contexto brasileiro. Porto Alegre: Editora Contexto, 2020.
- SANTOS, Juliana R. dos. Tecnologia e inclusão na educação básica: caminhos para a equidade. São Paulo: Penso, 2023.
- SANTOS, M. A. Parcerias locais como estratégia para suprir deficiências de recursos na educação do interior. 2020.
- SANTOS, P. Plataformas educacionais e seus impactos em áreas remotas. Editora Inclusão Digital, 2023.
- SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SILVA, H. M. Políticas públicas educacionais: impacto na qualidade do ensino nas cidades do interior. Editora W, 2019.
- SILVA, J. M. Limitações orçamentárias e infraestrutura precária na educação das cidades do interior. 2019.
- SILVA, Marcos R. da. Gestão educacional em municípios de pequeno porte: desafios e possibilidades. Florianópolis: Editora UFSC, 2019.
- SILVA, M. R. da; ANDRADE, T. M. de. Gestão participativa e orçamento público. Brasília: Enap, 2021.
- SILVA, M. R. da. Competências do gestor público na educação básica. Florianópolis: UFSC, 2019.
- SILVA, T. Competências do gestor público na educação. Revista Gestão & Educação, 2019.
- SILVEIRA, F. A. Orçamento participativo na educação: envolvimento comunitário na tomada de decisões. 2016.
- SOUZA, Carolina M. de. Gestão intersetorial e políticas públicas: caminhos para a equidade social. Recife: Editora Universitária UFPE, 2023.
- SOUZA, Daniela P. de. Desafios da qualidade educacional em contextos vulneráveis. Recife: Editora Educar, 2021.
- SOUZA, F. Colaboração intersetorial e educação pública. Revista Políticas e Gestão, 2023.
- SOUZA, Marlene A. de. Financiamento da educação superior: o papel do FIES na inclusão social. São Paulo: Cortez, 2015.
- UNESCO. Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem. Brasília: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 03 jun. 2025.

VIEIRA, L. M. Políticas públicas educacionais: limites e possibilidades da gestão escolar. Campinas: Papirus, 2010.